



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul  
GAB. CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 864/2021**

|                             |                                                   |
|-----------------------------|---------------------------------------------------|
| <b>PROCESSO TC/MS</b>       | : TC/11391/2019                                   |
| <b>PROTOCOLO</b>            | : 2001632                                         |
| <b>ÓRGÃO</b>                | : PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA/MS |
| <b>RESPONSÁVEL</b>          | : JAIR SCAPINI                                    |
| <b>CARGO DO RESPONSÁVEL</b> | : PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA                      |
| <b>ASSUNTO DO PROCESSO</b>  | : CONCURSO PÚBLICO                                |
| <b>RELATOR</b>              | : CONS. MARCIO MONTEIRO                           |

**EDITAL 001/2017 – CONCURSO PÚBLICO –  
PROCESSO EM DUPLICIDADE – EXTINÇÃO.**

Vistos, etc.

Versam os presentes autos ao edital de Concurso n.º 001/2017, lançado pela Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS visando selecionar candidatos para o exercício de vagas no quadro permanente da municipalidade.

Em despacho (peça 8) a equipe técnica constatou que os presentes autos constituem duplicidade ao processo TC/5395/2018, onde já foi analisado o referido concurso público e proferida a Decisão Singular DSG – G.ODJ – 12969/2018, pelo registro do certame, sugerindo a extinção do feito.

Instado a manifestar-se, o Ministério Público de Contas opinou pela extinção do presente processo, com fulcro no art. 85 da Resolução n.º 98/2018.

Por meio da documentação acostada nos autos, verifica-se que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos para baixa do feito.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 11, V, do RITCE/MS, acompanhando o entendimento do MPC, **DECIDO** por:

**I - EXTINGUIR** os presentes autos, em razão da duplicidade de autuação, nos termos do artigo 85 do RITCE/MS.

**II - Comunicar** o resultado do julgamento às autoridades administrativas



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul  
GAB. CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012;

**É a Decisão.**

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos à Gerência de Controle Institucional para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 26 de janeiro de 2021.

**Cons. MARCIO MONTEIRO**  
RELATOR

ASS/Net